

TEXTO 1

Falar é como andar. Acontece naturalmente, da mesma forma, nas mesmas faixas etárias, em qualquer parte do planeta Terra, independentemente de raça, de cultura, de cor, de gênero e de ensino formal. Basta que sejamos seres humanos.

É mesmo fato que os homens se distinguem dos outros animais por andar sobre os dois pés, por dominar um sistema de comunicação duplamente articulado (com unidades sonoras e unidades significativas), denominado ‘língua natural’ ou ‘língua humana’, e por manifestar inteligência diferenciada que os habilita a criar extensões tecnológicas de todas as partes de seu corpo, até de seu cérebro, como a criação do computador. É fato também que não temos escolha: somos humanos, então falamos. Falamos porque internalizamos ou especializamos uma língua natural específica a partir do ambiente social em que nascemos e vivemos: o domínio de uma ou mais línguas humanas é uma capacidade específica da espécie humana. Nem sabemos ainda qual é o limite do número de línguas que podemos dominar. É fato, todavia, que com 3 anos de idade, qualquer criança de qualquer parte do mundo se comunica com estruturas lingüísticas complexas.

Mas as línguas humanas não são os únicos sistemas de comunicação existentes. Todos os animais conhecidos têm sistema de comunicação, alguns já bem registrados, como o das abelhas, o dos chimpanzés, o dos golfinhos. Ser capaz de se comunicar no interior da espécie e mesmo entre as espécies não significa ter uma língua humana. Os cães de estimação, por exemplo, têm grande capacidade de comunicação com os seres humanos, olho no olho, mas não são capazes de dominar uma língua humana.

As línguas humanas são, sem dúvida, excelentes instrumentos de comunicação, embora mal-entendidos entre os seres humanos sejam comuns, mesmo quando há domínio de uma mesma língua, de uma mesma variedade. As línguas humanas são, em verdade, mais do que excelentes instrumentos de comunicação. São, também, reflexo da cultura de um povo. São, além disso, parte da cultura de um povo. São ainda mais do que isso: são mecanismos de identidade. Um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua.

Por outro lado, podemos desempenhar um papel desumano por meio das línguas humanas, como o exercício do poder desmedido, a prática do preconceito lingüístico sem lei, que nos leva a subjugar o outro, a alijar o outro do processo produtivo, a diminuir a sua auto-estima, a fazer o outro se sentir incapaz, se sentir inferior, se sentir infeliz, tudo por meio de formas lingüísticas. As línguas humanas podem, sim, ser excelentes instrumentos, mas podem ser também perversos instrumentos de poder e de dominação, especialmente quando se naturalizam relações espúrias entre determinadas construções lingüísticas e as pessoas que as falam.

Scherre, Maria Marta P. In: **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005, p.9-10. Adaptado.

QUESTÃO 01

Identifique a alternativa na qual a idéia apresentada **não** está em consonância com o texto 1.

- A) O domínio de uma língua natural se constitui como um dos fatores distintivos entre os homens e os outros animais.
- B) Nossa habilidade de falar advém da natural internalização de uma língua específica, que ocorre pelo convívio social.
- C) Além dos seres humanos, outros animais também apresentam sistemas de comunicação, alguns dos quais já são bastante estudados pelo homem.
- D) Mal-entendidos entre os seres humanos resultam, principalmente, de divergências entre as variedades lingüísticas que cada um domina.
- E) Conquanto as línguas humanas sejam poderosos instrumentos de comunicação, elas também podem ser instrumentos cruéis de poder e de dominação.

QUESTÃO 02

O texto 1 defende que as línguas humanas:

- 1. são provas da capacidade tecnológica dos seres humanos, manifestações de sua inteligência diferenciada.
- 2. configuram-se como um sistema duplamente articulado.
- 3. são o meio exclusivo pelo qual pode haver comunicação entre os seres vivos.
- 4. promovem a individualização, a afirmação e a identificação de um determinado povo.

Estão **corretas**:

- A) 1, 3 e 4, apenas.
- B) 2 e 4, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 03

Sobre o preconceito lingüístico, a autora do texto 1 afirma que ele:

- A) se dá entre pessoas de auto-estima baixa.
- B) ocorre quando não há domínio de uma mesma variedade.
- C) promove a participação do outro no processo produtivo.
- D) é comum quando ocorrem mal-entendidos entre os seres humanos.
- E) representa, também, uma das formas de dominação.

QUESTÃO 04

No que se refere a alguns elementos lingüísticos utilizados no texto 1, analise as afirmações a seguir.

1. No trecho: “... por dominar um sistema de comunicação duplamente articulado (com unidades sonoras e unidades significativas), denominado ‘língua natural’ ou ‘língua humana’...” os parênteses foram utilizados para demarcar uma explicação.
2. “Por outro lado, podemos desempenhar um papel desumano por meio das línguas humanas...”. Nesse trecho, a expressão destacada indica a introdução de uma retificação.
3. “É fato também que não temos escolha: somos humanos, então falamos.” Nesse trecho, bem como ao longo do texto 1, o uso da primeira pessoa do plural indica multiplicidade de autoria.
4. “... especialmente quando se naturalizam relações espúrias entre determinadas construções lingüísticas e as pessoas que as falam.” – Nesse trecho, o pronome sublinhado refere-se a ‘construções lingüísticas’.

Estão **corretas**:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 1 e 4, apenas.
- D) 2 e 3, apenas.
- E) 1, 2 e 4, apenas.

QUESTÃO 05

Observe a forma verbal destacada, no trecho: “Basta que sejamos seres humanos.” O verbo também está **corretamente** conjugado na alternativa:

- A) Basta que quisermos parecer humanos.
- B) Basta que venhamos a ser como os seres humanos.
- C) Basta que teremos características de seres humanos.
- D) Basta que dizemos a verdade aos seres humanos.
- E) Basta que fizemos tudo como os seres humanos.

QUESTÃO 06

No trecho: “... especialmente quando se naturalizam relações espúrias entre determinadas construções lingüísticas e as pessoas que as falam.”, devemos entender que ‘relações espúrias’ são:

- A) relações que não são legítimas.
- B) relações que ofendem as pessoas.
- C) relações que causam vergonha.
- D) relações autorizadas pela gramática.
- E) relações que causam estranheza.

TEXTO 2

Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.
Algumas, tão fortes
como o javali.
Não me julgo louco.
Se o fosse, teria
poder de encantá-las.

Carlos Drummond de Andrade.
Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973.

TEXTO 3

Todos aqueles que ainda têm a ousadia de falar e escrever acreditam, ainda que de forma tênue, que o seu falar faz uma diferença. Isso é de crucial importância para o educador, e dessa crença depende o seu sono e o seu acordar. Porque, com que instrumentos trabalha o educador? Com a palavra. O educador fala. Mesmo quando o seu trabalho inclui as mãos, todos os seus gestos são acompanhados de palavras. São as palavras que orientam as mãos e os olhos.

Rubem Alves. **Conversas com quem gosta de ensinar.** Campinas, SP: Papyrus, 2000, p.35. Adaptado.

QUESTÃO 07

No que se refere aos temas abordados nos textos 2 e 3, analise as afirmações abaixo.

1. ambos abordam o mesmo tema: o papel fundamental da palavra no cotidiano das pessoas.
2. embora apresentem diferentes enfoques em relação ao tema, são semelhantes no que se refere aos aspectos formais de sua composição.
3. em ambos, trata-se da relação entre os homens e as palavras: no texto 2, essa relação é apresentada como conflituosa; no texto 3, como uma relação de cumplicidade.

Está(ao) **correta(s)**:

- A) 1, apenas.
- B) 1 e 3, apenas.
- C) 1, 2 e 3.
- D) 1 e 2, apenas.
- E) 3, apenas.

QUESTÃO 08

Em relação ao texto 2, assinale a alternativa que apresenta a correta relação semântica.

- A) Lutar com palavras / é a luta mais vã./ Entanto lutamos (conclusão)
- B) Entanto lutamos / mal rompe a manhã. (tempo)
- C) Algumas, tão fortes / como o javali. (conformidade)
- D) São muitas, eu pouco. / Algumas, tão fortes (comparação)
- E) Se o fosse, teria / poder de encantá-las. (causa)

QUESTÃO 09

Sobre a concordância (nominal e verbal), analise as afirmações a seguir, referentes ao texto 3.

- 1. No trecho: “Todos aqueles que ainda têm a ousadia de falar e escrever...”, o verbo destacado está no plural, concordando com o seu sujeito. No singular, esse verbo seria grafado como ‘*tem*’.
- 2. O trecho: “... e dessa crença depende o seu sono e o seu acordar.” exemplifica um caso em que o sujeito é composto. Apesar disso, o verbo está no singular porque concorda com o elemento mais próximo (‘*o seu sono*’).
- 3. No trecho: “Porque, com que instrumentos trabalha o educador?”, o verbo destacado poderia estar no plural, concordando com ‘*instrumentos*’.
- 4. No trecho: “São as palavras que orientam as mãos e os olhos.”, o verbo destacado pode, também, concordar com o termo antecedente (‘*que*’); nesse caso, estaria no singular.

Estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 1, 3 e 4, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2, 3 e 4.
- E) 1 e 3, apenas.

TEXTO 4



QUESTÃO 10

Em relação à definição de pronome, a resposta do garoto, no último quadrinho, revela:

- A) crédito incondicional, devido à confiabilidade da fonte.
- B) rejeição total, apesar da seriedade da resposta.
- C) aceitação, embora com descrença.
- D) negação, em detrimento da certeza do amigo.
- E) admiração, motivada pela sabedoria do amigo.

QUESTÃO 11

Ao editar um ato administrativo, o Administrador Público deve obediência aos princípios constitucionais e infraconstitucionais que informam a atividade administrativa. O item de um Edital de Licitação que, estabelecendo exigências para fins de qualificação técnica, condicione a habilitação dos licitantes à comprovação de terem executado anteriormente serviço ou obra com complexidade superior à do objeto licitado, estará:

- A) em conformidade com os princípios da igualdade e da impessoalidade, pois o estabelecimento de exigência técnica é válido para todos os licitantes igualmente.
- B) contrário ao princípio da legalidade, porque a Lei de Licitações não autoriza que se façam exigências para fins de qualificação técnica.
- C) em acordo com princípio constitucional da eficiência, porque o Administrador pode realizar exigências de qualificação técnica mais rigorosas para assegurar o cumprimento das obrigações futuramente contratadas..
- D) contrário aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porque é vedado à Administração exigir dos licitantes mais do que o suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações.
- E) contrário ao princípio constitucional da motivação, porque a Administração poderá fazer exigências de capacidade técnica superior à necessária para executar o objeto licitado, desde que devida e previamente motivado no curso do processo de licitação.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa **correta** sobre o Mandado de Segurança.

- A) É inconstitucional a lei que fixa prazo de decadência para impetração do Mandado de Segurança.
- B) A apelação contra decisão concessiva de segurança não tem efeito suspensivo, mas o Administrador Público poderá requerer a suspensão da execução da sentença perante o Juízo que a prolatou, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.
- C) Extingue-se o processo de Mandado de Segurança se o Impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.
- D) Sempre poderá ser concedida liminar em Mandado de Segurança, desde que o Impetrante demonstre a relevância do fundamento e comprove que do ato impugnado pode resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.
- E) Poderá ser impetrado contra norma em abstrato de autoridade pública municipal ou estadual que contrarie a Constituição do respectivo Estado, para fins de declaração de sua inconstitucionalidade.

QUESTÃO 13

A prescrição das dívidas do Estado de Pernambuco decorrentes de contrato administrativo celebrado com a Secretaria de Educação ocorre em:

- A) 10 anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem as dívidas, ou seja, da data do vencimento de cada parcela inadimplida pela Administração.
- B) 5 anos, contados da data da assinatura do contrato, ficando suspenso no período em que o titular do crédito demore para prestar os esclarecimentos que lhe forem reclamados.
- C) 5 anos, prazo que não será suspenso ou interrompido em nenhuma hipótese, conforme o princípio da primazia do interesse público sobre o interesse particular.
- D) 5 anos, que não correrão durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.
- E) 5 anos, prazo este que será interrompido sempre que a Administração demore em estudar e apurar a dívida, considerada líquida, voltando a correr do princípio quando concluído o processo administrativo de reconhecimento da dívida.

QUESTÃO 14

A responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros é:

- A) inexistente, porque o Estado pode, na tutela do interesse público, restringir os direitos de particulares que a ele se oponha.
- B) objetiva em face dos danos causados por atos comissivos de seus agentes, mas passível de atenuação quando houver culpa da vítima.
- C) subjetiva em face dos atos praticados por seus agentes no exercício de sua função, sendo sempre necessária a comprovação de culpa do agente público que praticou o ato causador do dano.
- D) objetiva diante de atos comissivos ou omissivos de seus agentes, devendo o Estado responder independentemente de culpa pela omissão na prestação de serviços públicos.
- E) inexistente quando a vítima do dano for servidor público, que não é terceiro em relação à pessoa jurídica de direito público.

QUESTÃO 15

A modalidade de licitação Pregão, disciplinada pela Lei Federal n. 10.520/2002, trouxe algumas inovações em relação à disciplina das licitações da Lei Federal n. 8.666/1993. Neste contexto, não é inovação da modalidade Pregão em relação às modalidades previstas na Lei Federal n. 8.666/93 para aquisição de bens e serviços pela Administração Pública:

- A) a faculdade de a Comissão de Licitação ou a autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- B) a possibilidade de, no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela fazerem novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- C) a inversão das fases de habilitação e julgamento, procedendo-se, somente após encerrada a etapa competitiva, à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta.
- D) a decadência do direito de recurso quando o licitante interessado em recorrer de decisão da Comissão de Licitação não se manifestar imediata e motivadamente na própria sessão em que aquela for prolatada.
- E) a vedação de exigência de garantia das propostas pelos licitantes.

QUESTÃO 16

É incorreto afirmar sobre os contratos administrativos:

- A) A declaração de sua nulidade, embora opere retroativamente, não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.
- B) Os contratos com prazo de duração superior a 12 meses terão seus preços reajustados na periodicidade anual, que será contada a partir da data da assinatura do contrato.
- C) É assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, quando a Administração atrasar por mais de 90 dias os pagamentos devidos em razão do contrato.
- D) O prazo do contrato de prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderá ter a sua duração prorrogada por períodos iguais e sucessivos, limitada a sessenta meses, prorrogáveis, em caráter excepcional, por mais 12 meses.
- E) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado seu equilíbrio econômico-financeiro.

QUESTÃO 17

Não é competência dos Tribunais de Contas:

- A) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- B) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- C) sustar e, se for o caso, anular contratos administrativos.
- D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- E) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.

QUESTÃO 18

É possível a acumulação de cargos públicos remunerados:

- A) Quando houver compatibilidade de horários, sejam quais forem os cargos.
- B) Dois cargos de professor, com compatibilidade de horários.
- C) Quantos cargos de professor possíveis, desde que compatíveis os horários.
- D) Dois cargos de professor e um técnico ou científico.
- E) Um cargo de professor e um técnico ou científico, ainda que incompatíveis os horários, desde que na mesma entidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 19

Analise as afirmativas abaixo:

- I - É constitucional lei federal que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança
- II - Inconstitucional a previsão, por Constituição estadual, de percentual fixo (4/5), para o preenchimento das vagas em Tribunal de Justiça destinadas aos oriundos da magistratura.
- III - A sanção convalida o vício de iniciativa, não existindo a inconstitucionalidade formal quando o Chefe do Poder Executivo sanciona lei em matéria reservada pela Constituição à sua iniciativa legislativa, apesar de ter sido iniciado o projeto por Parlamentar.

Assinale a alternativa correta:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa III está correta.
- D) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 20

Analise as afirmativas abaixo:

- I - São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- II - É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- III - Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa III está correta.
- D) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 21

Analise as afirmativas abaixo:

- I - Não podem as Comissões Parlamentares de Inquérito decretar busca domiciliar, interceptação de ligações telefônicas e decretar prisão, ressalvada a situação de flagrância penal.
- II - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- III - Compete ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa III está correta.
- D) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 22

Analise as afirmativas abaixo:

- I - A vitaliciedade do juiz somente será adquirida após três anos de exercício.
- II - As cláusulas pétreas não podem ser invocadas para sustentação da tese da inconstitucionalidade de normas constitucionais inferiores em face de normas constitucionais superiores, porquanto a Constituição as prevê apenas como limites ao Poder Constituinte derivado ao rever ou ao emendar a Constituição elaborada pelo Poder Constituinte originário, e não como abarcando normas cuja observância se impôs ao próprio Poder Constituinte originário com relação as outras que não sejam consideradas como cláusulas pétreas, e, portanto, possam ser emendadas.
- III - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não pode propor Ação Declaratória de Inconstitucionalidade.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa III está correta.
- D) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 23

Analise as afirmativas abaixo:

- I - Não é possível a perda na nacionalidade originária.
- II - Não se presume a necessidade de edição de lei complementar, pois esta é somente exigível nos casos expressamente previstos na Constituição.
- III - Compete à União, privativamente, legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa III está correta.
- D) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 24

Analise as afirmativas abaixo:

- I - A gravação de conversa entre dois interlocutores, feita por um deles, sem conhecimento do outro, com a finalidade de documentá-la, futuramente, em caso de negativa, nada tem de ilícita, principalmente quando constitui exercício de defesa.
- II - O número total de Deputados é estabelecido na Constituição em 513, distribuídos proporcionalmente à população dos Estados, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- III - A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.

Assinale a alternativa correta:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa III está correta.
- D) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 25

Analise as afirmativas abaixo:

- I - Não é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, diante da competência concorrente de União e Estados para legislar sobre produção e consumo.
- II - A inviolabilidade do domicílio não protege qualquer compartimento privado onde alguém exerce profissão ou atividade
- III - É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Assinale a alternativa correta:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa III está correta.
- D) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa correta:

- A) A resolução do contrato por onerosidade excessiva exige, entre seus requisitos, que a prestação de uma das partes se torne excessivamente onerosa em razão de fatos extraordinários e imprevisíveis, tornando-se, a partir do pedido de resolução do negócio jurídico pelo devedor, inevitável ao credor evitar o encerramento do mesmo.
- B) No contrato com pessoa a declarar, o indicado para posteriormente substituir um dos contratantes assume os direitos e obrigações oriundos do referido pacto a partir do seu ingresso no mesmo, em razão do princípio da relatividade dos contratos.
- C) É nula a compra e venda de ascendente a descendente sem expreso consentimento dos demais descendentes e cônjuge do alienante.
- D) É nula a compra e venda de descendente a ascendente sem expreso consentimento dos demais descendentes e cônjuge do alienante.
- E) Decai o direito de preempção na compra e venda, caso não exercido no prazo estipulado no contrato ou no prazo legal, na falta do primeiro.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa incorreta:

- A) É possível, num mesmo evento, a ocorrência simultânea de comoriência e de morte presumida.
- B) São pessoas jurídicas de direito privado as fundações e associações.
- C) É possível, nos limites legais, a renúncia à prescrição.
- D) São considerados bens públicos os pertencentes aos Países Estrangeiros e Organizações Internacionais.
- E) Os bens públicos, salvo os dominicais, não estão sujeitos a alienação, e todos eles, incluindo os dominicais, não estão sujeitos a usucapião.

QUESTÃO 28

Analise as afirmativas abaixo:

1. O usucapião de bens móveis prescinde de justo título e boa fé após consumados três anos de possuir como sua, de forma contínua e incontestada.
2. É resolúvel a propriedade fiduciária.
3. O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente ou artificialmente do superior, não podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo; porém a condição natural e anterior do prédio inferior não pode ser agravada por obras feitas pelo dono ou possuidor do prédio superior.
4. O contrato de compra e venda, em regra, transmite a propriedade do bem móvel, independentemente da tradição.

Está(ão) correta(s):

- A) apenas 2 e 3.
- B) apenas 2.
- C) apenas 1 e 3.
- D) apenas 4.
- E) apenas 2 e 4.

QUESTÃO 29

Quanto ao domicílio, analise as afirmativas abaixo:

1. O domicílio do ausente é o do seu curador.
2. O domicílio do preso provisório que não está cumprindo pena é o local onde está recolhido.
3. O domicílio do funcionário público é caracterizado por ser uma espécie de domicílio voluntário.
4. O domicílio de eleição é o domicílio eleitoral, para todos os efeitos legais.

Está(ão) incorreta(s):

- A) apenas 1, 2 e 3.
- B) apenas 2.
- C) apenas 1 e 3.
- D) apenas 2, 3 e 4.
- E) 1, 2, 3 e 4

QUESTÃO 30

Quanto aos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

- A) O prazo decadencial para anulação de negócio jurídico por vício do consentimento é de 04 (quatro) anos.
- B) O prazo prescricional para anulação de negócio jurídico por vício do consentimento é de 04 (quatro) anos.
- C) O prazo decadencial para anulação de negócio jurídico por vício do consentimento é de 04 (quatro) anos, contados do momento da prática do negócio anulável.
- D) O prazo prescricional para anulação de negócio jurídico por vício do consentimento é de 04 (quatro) anos, contados do momento da prática do negócio anulável.
- E) O prazo decadencial para anulação de negócio jurídico por vício do consentimento é de 04 (quatro) anos, contados do momento da prática do negócio anulável, salvo no caso da coação.

QUESTÃO 31

Analise as afirmativas abaixo:

1. Em nenhuma hipótese as pessoas consideradas absolutamente incapazes respondem pelos danos por eles causados, visto que não tem capacidade para os atos da vida civil.
2. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o triplo do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
3. Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
4. A obrigação de indenizar em virtude do dano causado pela atividade normalmente desenvolvida depende da apuração de culpa.

Está(ão) correta(s):

- A) apenas 2 e 3.
- B) apenas 1.
- C) apenas 3.
- D) apenas 4.
- E) apenas 3 e 4.

PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 32

Analise as afirmativas abaixo:

1. Em caso de o réu ser declarado ausente, a competência territorial para a propositura de ações contra este será o domicílio do seu curador.
2. Em caso de o réu ser declarado ausente, a competência territorial para a propositura de ações contra este será o domicílio do seu cônjuge.
3. Em caso de o réu ser declarado ausente, a competência territorial para a propositura de ações contra este será o seu domicílio eleitoral.
4. Em caso de o réu ser declarado ausente, a competência territorial para a propositura de ações contra este será o do seu último domicílio.

Está(ão) **correta(s)**:

- A) apenas 2 e 3.
- B) apenas 2.
- C) apenas 3.
- D) apenas 4.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 33

Analise as afirmativas abaixo:

1. A citação válida interrompe a prescrição a partir da juntada aos autos do documento que prove ter ela sido efetivada.
2. A citação pelo correio é facultativa ao autor quando a ré for pessoa jurídica de direito público interno.
3. A intimação do Ministério Público deverá ser feita pessoalmente.
4. A incompetência relativa pode ser declarada de ofício, e a relativa deve ser declarada de ofício ou a requerimento da parte.

Está(ão) **correta(s)**:

- A) apenas 1, 2 e 3.
- B) apenas 2.
- C) apenas 3.
- D) apenas 2, 3 e 4.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 34

Deve ser indeferida a petição inicial que não cumprir os requisitos do art. 282 do Código de Processo Civil. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo:

1. Não apresentando a petição inicial o valor da causa, deve o juiz indeferi-la de plano.
2. Em nenhuma hipótese deverá haver pedido genérico, ocasião em que o juiz determinará o arquivamento do feito.
3. O requerimento para a citação do réu e o pedido e suas especificações, bem como os fatos e fundamentos jurídicos do pedido devem constar na inicial, sob pena de o juiz determinar sua emenda em 10 (dez) dias.
4. É inepta a petição inicial que apresentar parte manifestamente ilegítima ou sem interesse processual.

Está(ão) **correta(s)**:

- A) apenas 1, 2 e 3.
- B) apenas 2.
- C) apenas 3.
- D) apenas 2, 3 e 4.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Cabe ao juízo *a quo* a reforma de sua própria decisão independentemente de ouvida do agravado.
- B) No tribunal, o relator do agravo poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias.
- C) Da decisão que não admitir os embargos infringentes cabe agravo para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- D) Havendo na sentença ou acórdão, omissão, obscuridade ou contradição, cabem embargos de declaração no prazo de 05 (cinco) dias, indicando-se na peça o ponto omissivo, obscuro ou contraditório que motivou sua impetração.
- E) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

QUESTÃO 36

Assinale as afirmativas abaixo:

1. Na execução em que o credor pedir o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinada em título judicial, o juiz, se omissa a sentença, fixará multa por dia de atraso e a data a partir da qual ela será devida.
2. Constituem-se como espécies de cautelares o arresto, o seqüestro e os alimentos provisionais.
3. O procedimento aplicável às ações possessórias intentadas depois de ano e dia da turbação ou esbulho é o ordinário.
4. Incabível interdito proibitório se efetivamente a turbação da posse já aconteceu.

Está(ão) correta(s):

- A) apenas 1, 2 e 3.
- B) apenas 2.
- C) apenas 3.
- D) apenas 2, 3 e 4.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta:

1. Regem-se pelo procedimento sumário as reintegrações de posse e os honorários de profissionais liberais.
2. Regem-se pelo procedimento sumário a investigação de paternidade e os alimentos.
3. Regem-se pelo procedimento sumário as cobranças aos condôminos das quantias devidas ao condomínio, independentemente do valor.
4. Regem-se pelo procedimento sumário as reintegrações de posse e a adoção judicial.

Está(ão) correta(s):

- A) apenas 1, 2 e 3.
- B) apenas 2.
- C) apenas 3.
- D) apenas 2, 3 e 4.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 38

Mani, após discutir com uma vizinha de nome Paula, procura a Polícia dizendo que muitos jovens frequentam a casa desta sua vizinha e que sente cheiro esquisito, bem como percebe que os jovens saem com aspecto de drogados, e sobretudo lhe deixa estarrecida o fato de esta vizinha não trabalhar e trocar de carro, viajar ao estrangeiro e vestir-se nas melhores butikues. Inquérito Policial é iniciado e a vizinha (Paula) passa grandes aborrecimentos com buscas em sua casa. O Inquérito Policial conclui pela inveracidade de suas afirmações.

Assinale a alternativa correta:

- A) Deve o Promotor de Justiça denunciar Mani por denunciação caluniosa, após o pedido de arquivamento do Inquérito Policial.
- B) Paula terá que representar no prazo de 6 meses para que possa o Ministério Público denunciar pelo crime de denunciação caluniosa, porque é funcionária pública, sendo a competente ação condicionada.
- C) Paula não poderá intentar qualquer ação na área penal, ante o arquivamento do Inquérito Policial, podendo tão só intentar ação na área cível.
- D) Deve a própria Paula intentar ação privada no prazo de 6 meses do conhecimento do fato e da autoria.
- E) Em sendo a ação pública incondicionada, o Promotor deverá denunciar no prazo de 15 dias pelo crime de calúnia.

QUESTÃO 39

Marcolino solicita de Marciana que esta lhe dê R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para que ele consiga que o juiz X julgue seu *Habeas Corpus* rapidamente. Argumenta que o juiz ficará com a metade do dinheiro.

Assinale a alternativa correta:

- A) Por haver envolvimento de magistrado a investigação terá que ser feita pelo Ministério Público Federal.
- B) Marciana, não tendo prova do pedido, não pode ir à polícia sob pena de responder por danos morais em favor de Marcolino.
- C) Marciana deverá procurar a polícia e contar o fato para que investigue a conduta de Marcolino, que se coaduna com a tipificação de crime de exploração de prestígio.
- D) O crime praticado por Marcolino exige representação do ofendido, posto que há também o crime de calúnia contra magistrado.
- E) A conduta praticada por Marcolino se insere naquelas em que só se procede mediante queixa, logo, sem esta, a investigação não se dará.

QUESTÃO 40

Joelson, fiscal do fisco, espera que a casa comercial de Nauta esteja cheia de clientes, entra aos berros, pedindo livros de escrita comercial e, por haver a comerciante informado que se encontrava na casa do contador, trata-a com grosseria e passa a revirar a loja procurando os livros, bradando que ela era sonegadora de impostos. Ela procura a polícia e o Inquérito Policial é remetido ao Ministério Público.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) O Ministério Público deverá aguardar a iniciativa da vítima posto que o único crime praticado é de ação privada, sujeito ao princípio da indivisibilidade da ação.
- B) Por haver Joelson praticado um crime de ação pública incondicionada (crime de excesso de exação), o Ministério Público deverá denunciar ante o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública; e quanto ao crime de calúnia, deve aguardar a propositura de queixa-crime.
- C) Ausente a explícita representação da vítima, não poderá o Ministério Público atuar, pois o crime cometido é afeto a ação penal pública condicionada e aquela não fizera a citada representação no prazo legal, demonstrando não querer processar Joelson, conforme dispõe o princípio da disponibilidade.
- D) A conduta praticada por Joelson não infringe nenhuma norma penal, vez que se trata de estrito cumprimento do dever legal de fiscalizar, logo o Promotor promoverá o arquivamento do Inquérito Policial.
- E) O Promotor, não apresentando a denúncia no prazo de 60 dias, retorna a Nauta o direito de ação, vez que a indisponibilidade da ação pública assim exige.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 41

Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa **incorreta**:

- A) São 4 os institutos despenalizadores criados pela Lei 9.099/95: a composição civil na seara criminal, a transação penal, a suspensão condicional do processo e a necessidade de representação do ofendido nos crimes de lesão corporal leve e culposa.
- B) A decisão judicial homologatória da transação penal é uma sentença.
- C) A competência afeta aos Juizados Especiais Criminais se restringe aos crimes de menor potencial ofensivo e contravenções penais.
- D) Prevê a Lei 9.099/95 que a primeira audiência é denominada de preliminar, onde será dada ao ofendido e ao autor do fato de crime de ação penal pública condicionada ou de ação penal privada a oportunidade de reduzirem a termo um acordo civil que, homologado pelo competente juiz de direito, torna-se título executivo judicial passível de execução.
- E) A transação penal oferecida pelo representante do Ministério Público, aceita pelo autor do fato e homologada pelo juiz só pode ser novamente proposta após 4 anos do cumprimento da primeira transação homologada.

QUESTÃO 42

Assinale a assertiva **correta** acerca da seguinte hipótese: advogado ou procurador judicial que defende, na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias, incorre em crime de:

- A) Fraude processual.
- B) Favorecimento pessoal.
- C) Exercício arbitrário das próprias razões.
- D) Tergiversação.
- E) Favorecimento real.

QUESTÃO 43

Assinale a assertiva **correta** acerca da seguinte hipótese: João, servidor público da justiça do trabalho, lotado na 43ª Vara do Trabalho, exige de Marta, autora de uma reclamação trabalhista, R\$ 500,00 (quinhentos reais) para agendar sua audiência para data mais próxima. Marta se nega e, conseqüentemente, João não é pago. Assim, João cometeu crime de:

- A) Peculato.
- B) Concussão.
- C) Corrupção passiva.
- D) Corrupção ativa.
- E) João não cometeu crime algum porque Marta não aceitou o acordo.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 44

De acordo com o inc. IX, art., 7º da Constituição Federal, o trabalhador terá garantida remuneração do trabalho:

- A) noturno superior à do diurno.
- B) noturno superior à do diurno, salvo no caso de revezamento semanal.
- C) noturno superior à do diurno, salvo no caso de revezamento quinzenal.
- D) noturno superior à do diurno, salvo no caso de revezamento semanal ou quinzenal.
- E) noturno superior à do diurno, salvo no caso de turno ininterrupto de revezamento.

QUESTÃO 45

Nos termos do inc. VI do art. 8º da Constituição Federal é obrigatória a participação dos sindicatos:

- A) nos acordos coletivos, contratos coletivos e convenções coletivas de trabalho.
- B) nos acordos coletivos e contratos coletivos de trabalho.
- C) nas convenções e acordos coletivos de trabalho.
- D) nas negociações coletivas de trabalho.
- E) nas negociações, convenções e acordos coletivos de trabalho.

QUESTÃO 46

Atendendo ao que dispõe o art. 59 da CLT, a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante:

- A) contrato coletivo de trabalho.
- B) consentimento do empregado.
- C) apenas por determinação expressa do empregador.
- D) acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- E) acordo escrito entre empregador e empregado.

QUESTÃO 47

Considerando-se o disposto no art. 451 da CLT, o contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez:

- A) autoriza ao empregado pedir rescisão indireta do mesmo;
- B) desencadeia aplicação de multa ao empregador pelo Ministério do Trabalho;
- C) dará direito ao recebimento do salário em dobro;
- D) passa a vigorar sem determinação de prazo;
- E) implica o reconhecimento de culpa recíproca;

QUESTÃO 48

Através do enunciado contido no art. 843, parágrafo primeiro, da CLT, é facultado ao empregador fazer-se substituir:

- A) por advogado que lhe preste serviços profissionais.
- B) por qualquer pessoa, desde que esteja legalmente habilitada para representar-lhe.
- C) apenas pelos sócios, mesmo que minoritários.
- D) apenas por gerentes, ou outros empregados exercentes de cargos de confiança.
- E) pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

QUESTÃO 49

De acordo com o inc. III do art. 652 da CLT, compete as Varas do Trabalho conciliar e julgar os dissídios:

- A) envolvendo trabalhadores avulsos.
- B) envolvendo trabalhadores eventuais.
- C) envolvendo trabalhadores eventuais e avulsos.
- D) resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.
- E) envolvendo trabalhadores autônomos, eventuais e avulsos.

QUESTÃO 50

São consideradas atividades ou operações insalubres, nos termos do art. 189 da CLT aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados:

- A) a agentes nocivos à saúde, devidamente fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.
- B) a agentes nocivos à saúde de modo a provocar-lhes doenças ocupacionais irreversíveis.
- C) a condições perigosas, acima dos limites de tolerância.
- D) a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.
- E) a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância e do tempo de exposição aos seus efeitos.